



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

17 de Janeiro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

*DISCURSO DO
PRESIDENTE
DA REPÚBLICA
JOÃO LOURENÇO
NO PALÁCIO
DO ELISEU
EM PARIS*

Paris, 16 de Janeiro de 2025

Discurso na Íntegra do Presidente João Lourenço em França

Muito obrigado, Presidente Emmanuel Macron!

Muito boa tarde a todos os presentes, membros do Governo francês, membros do Governo angolano!

Caros jornalistas;

Como sabem, estamos em território francês a cumprir uma visita de Estado depois daquela que efectuei em 2018 e da que o Presidente Emmanuel Macron efectuou a Angola em Março de 2023.

Gostaria de começar por agradecer a forma amigável, acolhedora e irmã como fomos recebidos, aqui em França, desde a nossa chegada. Mas, sobretudo, agradecer a surpresa que me foi feita esta manhã ao ter sido agraciado com a mais alta distinção do Estado francês, a Ordem da Legião de Honra Francesa.

E isso é algo que não constava do programa. Mas o Presidente Emmanuel Macron fez-me esta agradável surpresa em agradecer-me com tão importante medalha do Estado francês.

Isto vem, sem sombra de dúvidas, dar a indicação da importância do reforço das relações de amizade e de cooperação entre os nossos dois países, Estados, entre os nossos povos, o angolano e o francês.

Esta manhã tivemos um encontro de trabalho a nível das duas delegações governamentais em que passámos em revista, por um lado, o estado das nossas relações bilaterais,

conforme acaba de ser, de forma muito minuciosa, dito pelo Presidente Emanuel Macron. Mas tivemos também a oportunidade de passar em revista a agenda internacional, os graves acontecimentos que estão a ter lugar hoje no mundo e que, de uma ou de outra forma, acabam sempre por impactar nos nossos países.

Em relação às questões bilaterais, sem querer ser muito exaustivo, gostaria de dizer que manifestámos o interesse comum de reforçar os laços de amizade e cooperação em praticamente todos os domínios das economias dos nossos dois países.

Angola reiterou, perante as Autoridades francesas, o seu interesse em desenvolver a cooperação na área da agricultura, do turismo, da saúde, do ensino superior, dos recursos minerais, petróleo e gás e de outros minerais, onde os investidores franceses têm toda a liberdade de identificar o que mais os interessa desenvolver: no sector da Marinha Mercante, no sector importante da defesa, segurança e ordem interna. Enfim, de uma forma geral, o sector das águas e energia.

No sector das águas, já é uma realidade o investimento que o Grupo Suez está a fazer para que a cidade de Luanda, capital de Angola, passe a ter mais água para atender, pelo menos, a mais três milhões de habitantes.

No sector energético, convidámos a parte francesa, os investidores franceses, a não deixarem fugir a oportunidade de investir em linhas de transmissão de energia eléctrica, sobretudo para os países limítrofes de Angola, para levar o excedente de energia que Angola tem para a região da SADC, para a zona mineira da Zâmbia e da RDC.

Convidámos a França, os seus investidores com interesse pela concessão que virá a ser feita ainda este ano, para a gestão do Porto Comercial de Águas Profundas do Caio, na província mais a norte de Angola, a província de Cabinda.

Enfim, por não ser possível falarmos de tudo, apenas destaco o que acabei de dizer.

O interesse é recíproco. Os franceses estão interessados em continuar a investir em Angola, da mesma forma que nós, na medida das nossas capacidades, o faremos aqui no território francês.

Falámos dos conflitos um pouco por todo o mundo, lamentavelmente, em todos os continentes; da situação difícil e preocupante, que vivem os países da região do Sahel, que enfrentam, por um lado, o terrorismo, as mudanças inconstitucionais de poder, as guerras. Falámos do conflito que opõe a República Democrática do Congo à República do Ruanda, em que Angola está a jogar o papel de mediano, fazendo um esforço a ver se conseguimos pôr termo a este conflito que dura há décadas.

Falámos da situação preocupante na República do Sudão, que tem provocado um número bastante elevado de mortos, feridos, destruição de infra-estruturas, deslocados internos, refugiados para países vizinhos e que também urge pôr fim. E, obviamente, fora do nosso continente, aqui mesmo na Europa, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que deve conhecer um desfecho positivo pela via negociada.

Considerámos que a União Europeia se deve envolver mais, assim como os Estados Unidos da América, na busca dessa solução negociada para este conflito, que é perigoso não apenas para a Europa, mas para o mundo.

Congratulámo-nos com o anúncio feito ontem sobre o acordo de paz alcançado entre Israel e Hamas, que vai pôr fim ao sofrimento do povo palestiniano que habita aquela parcela do território palestiniano.

Vai permitir uma maior intervenção em termos da ajuda humanitária para diminuir o sofrimento daquele povo; vai permitir, quando chegar o momento de dar início à reconstrução daquela faixa do território, a reconstrução de Gaza; vai permitir a libertação dos reféns que se encontram nas mãos do Hamas, assim como a libertação de prisioneiros palestinianos do Hamas que se encontram nas prisões israelitas.

Portanto, saudamos esse acordo alcançado ao fim de meses de negociação, mas consideramos importante não esquecer a necessidade de recordar a todos, israelitas, palestinianos, à comunidade internacional, a necessidade da criação do Estado da Palestina, única forma, no nosso entendimento, de se pôr termo a esse conflito que, infelizmente, dura há bastantes anos.

Muito obrigado!

JORNAL DE ANGOLA *On Line*

SEXTA-FEIRA, 17 DE JANEIRO DE 2025

Chefe de Estado recebido pela Presidente da Assembleia Nacional de França

O Chefe de Estado, João Lourenço, foi recebido, na tarde desta quinta-feira, pela presidente da Assembleia Nacional francesa, Yaël Braun-Pivet, em Paris.

O encontro de cortesia serviu para o Presidente da República conhecer o funcionamento da Assembleia Nacional francesa.

No final da visita, João Lourenço deixou registadas as impressões no livro de honra da instituição e escreveu: "Sinto-me honrado com a oportunidade que me foi oferecida para visitar esta sede da Assembleia Nacional da República Francesa, de onde saio com excelente impressão sobre todo o trabalho realizado nesta instituição, para garantir a continuidade dos valores da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade que prevalecem de forma sólida e consistente na sociedade francesa, e nos quais se inspiraram outros povos que seguiram um rumo similar ao vosso."

O primeiro dia da agenda do Chefe de Estado culminará com um jantar oficial proporcionado pelo homólogo francês, Emmanuel Macron. A informação foi avançada pela Presidência da República, no Facebook. (J.A.)++++

Presidente João Lourenço participa em jantar oficial em Paris

O Presidente da República, João Lourenço, participa, desde o começo da noite, no jantar oficial, a decorrer no Salão de Festas do Palácio do Eliseu, proporcionado pelo homólogo francês, Emmanuel Macron.

O JA Online apurou junto de fonte oficial da Embaixada de Angola em França que antes do evento os convidados angolanos foram recebidos no Salão Murat. O jantar oficial teve início pelas 20:00, num formato 2+20.

No certame, estão presentes dez individualidades de cada país, incluindo o Presidente da República, João Lourenço, o homólogo francês, Emmanuel Macron, a Primeira-Dama, Ana Dias Lourenço, a embaixadora extraordinária e plenipotenciária de Angola em França, Guilhermina Prata, o ministro das Relações Exteriores, Tété António, e os demais ministros que compõem a delegação nacional. (J.A.)++++

Estadista defende criação de uma Câmara de Comércio Angola-França

O Presidente da República manifestou, quinta-feira, em Paris, o desejo de ver criada uma Câmara de Comércio e Indústria Angola-França, que sirva como base de facilitação de negócios e de contactos entre os empresários angolanos e franceses.

João Lourenço, que discursava no jantar oficial oferecido pelo homólogo francês, considerou o balanço do novo impulso imprimido à cooperação bilateral “amplamente positivo”, tendo justificado com o facto de estar alinhado com o homólogo Emmanuel Macron nas visões relativamente aos projectos prioritários em curso.

“Traçámos metas para o incremento das parcerias já existentes, de modo a torná-las cada vez mais benéficas,

correspondendo assim ao real potencial das duas partes e aos seus respectivos interesses”, disse. O Estadista angolano regozijou-se, ainda, com o facto de Angola ter sido admitida, em Outubro de 2024, como Membro Observador da Organização Internacional da Francofonia, sustentando que o feito “vai criar uma aproximação maior entre Angola e a França, e entre Angola e os países francófonos de uma maneira geral”.

Os dois países, prosseguiu João Lourenço, dispõem de um vasto campo de cooperação que não se esgotou nos acordos já assinados e, por isso mesmo, considera que ambos os Estados devem continuar a trabalhar com vista a concluir as negociações dos instrumentos jurídicos que não foram assinados durante a visita, “porquanto os consideramos de extrema importância para a consolidação da cooperação em importantes sectores”.

O Presidente da República disse, ainda, que durante os encontros realizados na capital francesa, Angola e França abordaram “temas de grande relevância”, no âmbito dos quais foi possível estabelecer uma série de compromissos, sendo que uma parte dos mesmos está reflectido nos importantes instrumentos jurídicos assinados.

A implementação dos acordos, perspectivou o Chefe de Estado, ajudará a dinamizar a cooperação nos mais variados âmbitos, destacando os da Agricultura, Saúde, Desportos, Segurança Interna, Ambiente e Ensino Superior.

“Gostaria de realçar o facto de o ambiente de negócios na República de Angola ser bastante favorável ao investimento privado estrangeiro em todos os domínios da economia nacional”, acrescentou João Lourenço, que lançou aos empresários franceses o desafio de olharem para o mercado angolano e avaliarem as possibilidades que oferece para realizarem negócios com bons resultados.

Presidência da União Africana

João Lourenço referiu, por outro lado, que, dentro de aproximadamente um mês, vai assumir a presidência pro tempore da União Africana, assegurando uma estratégia de “visão unificadora de todas as Nações do Continente”, tendo como base o interesse em procurar soluções que contribuam o máximo possível para o fim dos conflitos que ainda perduram em África.

O objectivo, reforçou o Presidente da República, passará por concentrar as atenções na concretização dos esforços de desenvolvimento e de resolução dos problemas que ainda bloqueiam o caminho em direcção ao progresso social, económico, científico, técnico e tecnológico.

“Queremos muito trabalhar com os nossos parceiros externos, numa base em que esteja sempre patente o respeito mútuo, a complementaridade de acções assentes em objectivos comuns, de modo a que a cooperação entre os nossos países funcione num contexto de vantagens recíprocas”, enfatizou. (J.A.)++++

“Manifestamos o interesse comum em reforçar os laços de cooperação”

Angola e França manifestaram, ontem, no Palácio do Eliseu, em Paris, o interesse comum de reforçar os laços de amizade e cooperação, em praticamente, todos os domínios da vida económica dos dois países, revelou o Presidente da República, João Lourenço.

Em declarações aos jornalistas, no fim do encontro com o homólogo Emmanuel Macron, o Estadista angolano disse que Angola reiterou, perante as autoridades francesas, o interesse em desenvolver a cooperação nas áreas da Agricultura, Turismo, Saúde, Ensino Superior, Recursos Minerais, Petróleo e Gás e de outros minerais estratégicos.

Com os acordos nas referidas áreas, esclareceu o Presidente da República, os investidores franceses vão ter toda a liberdade de identificar os domínios que mais queiram desenvolver negócios, assim como nos sectores da Marinha Mercante, Defesa, Segurança e Ordem Interna, e, de uma forma geral, o sector da Energia e Águas.

Relativamente ao domínio das Águas, João Lourenço referiu já ser uma realidade o investimento que o Grupo Suez está a fazer em Luanda “possa ter mais água e atender, pelo menos, mais três milhões de habitantes”.

O Estadista angolano ressaltou, ainda, que em relação ao sector Energético, Angola convidou os investidores franceses “a não deixarem fugir a oportunidade de investir em linhas de transmissão de energia eléctrica”, sobretudo para os países limítrofes do território angolano, “para levar o excedente de energia que Angola tem para a região da SADC”, especialmente para as zonas mineiras da Zâmbia e da RDC.

“Convidamos a França e os investidores a interessarem-se pela concessão que vai ser feita, ainda este ano, para a gestão do Porto Comercial de Águas Profundas do Caio, na província de Cabinda”, afirmou o Presidente da República.

O interesse, acrescentou João Lourenço, é recíproco, sustentando que os franceses também “estão interessados em continuar a investir em país, da mesma forma que Angola, na medida das suas capacidades, vai fazer investimentos em território francês.

O Presidente da República disse, também, que o encontro de trabalho com Emmanuel Macron e as respectivas delegações governamentais permitiu avaliar não só, o estado das relações bilaterais, mas também analisar a agenda internacional.

“Falamos dos conflitos, um pouco por todo o mundo, lamentavelmente, em todos os continentes, da situação

difícil e preocupante que vivem os países da região do Sahel, que enfrentam, por um lado, o terrorismo, as mudanças inconstitucionais do poder, as guerras, falamos do conflito que opõe a República Democrática do Congo à República do Rwanda”, referiu.

João Lourenço sublinhou, a propósito, que Angola está a jogar o seu papel de medianeiro, fazendo um esforço gigantesco para “ver se conseguimos pôr termo a este conflito, que dura há décadas”.

Na mesma esteira, o Estadista angolano revelou que foi abordada a “situação preocupante” na República do Sudão, que tem provocado um número elevado de mortos, feridos, destruição de infra-estruturas, deslocados internos e refugiados para os países vizinhos, e que, pela sua gravidade, também, urge pôr fim a este conflito.

Em relação aos conflitos na Europa, o Chefe de Estado disse ter falado com Emmanuel Macron sobre a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, manifestando o desejo das partes chegarem a um “desfecho positivo pela via negociada”, embora considere que a União Europeia e os Estados Unidos da América se devem envolver mais na busca dessa solução negociada para este conflito, que é perigoso não apenas para a Europa, mas para o mundo inteiro.

De igual modo, João Lourenço referiu que ambos os países congratularam-se com o anúncio do acordo de paz alcançado entre o Israel e o Hamas, realçando a probabilidade de o mesmo “pôr fim ao sofrimento do povo palestino que habita aquela parcela do território palestino e permitir uma maior intervenção, em termos de ajuda humanitária, para diminuir o sofrimento daquele povo” e libertar os reféns israelitas.

“Mas, consideramos importante não esquecer a necessidade de recordar a todos, a Israel, aos palestinos, à

comunidade internacional, a necessidade da criação do Estado da Palestina, a única forma, no nosso entendimento, de se pôr um fim definitivo a esse conflito que, infelizmente, dura há bastantes anos”, defendeu. *(J.A.)++++*

Emmanuel Macron: "Queremos voltar a falar sobre o Corredor do Lobito"

O Presidente francês, Emmanuel Macron, afirmou, hoje, no Palácio do Eliseu, em Paris, que "queremos voltar a falar sobre o Corredor do Lobito".

Para o estadista francês, que falava aos jornalistas, citado pelo CIPRA, no Facebook, a infra-estrutura ferroviária do Lobito é "muito crucial para toda a região que liga a Zâmbia à República Democrática do Congo (RDC), ao Oceano Atlântico, atravessando Angola".

Emmanuel Macron aproveitou, ainda, o momento para lembrar que "uma grande empresa francesa representa uma vasta maioria dos investimentos realizados nesse Corredor" e que a França e a União Europeia estão do lado do país "para podermos concretizar este grande projecto". *(J.A.)++++*

Acordos firmados com a França totalizam 430 milhões de euros

Um total de 430 milhões de euros (cerca de quatrocentos e quatro mil milhões de kwanzas) é o valor total dos investimentos no âmbito dos novos acordos rubricados pelos Governos de Angola e da França, no quadro da visita de Estado do Presidente João Lourenço.

Os números foram revelados, ontem, pelo Chefe de Estado francês, Emmanuel Macron, durante as declarações proferidas pelos dois Presidentes aos jornalistas, momentos após o encontro em privado, no Palácio do Eliseu, em Paris.

“Ao todo, mais de 430 milhões de euros de parceria e acordos foram assinados no quadro desta visita de Estado”, assegurou o Presidente francês, que em seguida esclareceu que os números são o somatório dos vários acordos assinados nos diferentes domínios.

“Queremos ir mais longe com o sector da Agricultura e os sectores críticos. Queremos voltar a falar sobre o Corredor do Lobito, uma infra-estrutura ferroviária que é crucial para toda a região, que liga a Zâmbia e a RDC ao Oceano Atlântico, atravessando Angola”, acrescentou Emmanuel Macron.

“Uma grande empresa francesa representa uma vasta maioria do investimento realizado nesse Corredor”, enfatizou. O Presidente francês, que preferiu não citar todos os novos acordos rubricados com Angola, fez questão de enumerar alguns, destacando os firmados nos domínios do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

A propósito, citou, também, um acordo de financiamento avaliado em quatro milhões de euros para o reforço da parceria na preservação da biodiversidade e da promoção de zonas protegidas, apontando como mamífero a cuidar a Palanca Negra Gigante, que é o símbolo de Angola, mas ameaçado de extinção.

Emmanuel Macron confirmou, igualmente, a assinatura de um Memorando de Entendimento sobre o projecto de irrigação, avaliado em 100 milhões de euros, para reforçar a segurança alimentar no país.

“Hoje (ontem), colocamos pontos muito fortes, renovamos o acordo geral que nos liga desde 1982, e é um símbolo importante, porque Angola celebra os 50 anos da sua Independência. Estamos, também, engajados em consultas políticas para fazermos face aos desafios globais, internacionais e regionais”, disse.

O Estadista francês disse, ainda, que Angola e a França estão engajados em reforçar a cooperação na área da segurança interna, tendo em vista a luta contra a imigração irregular, o terrorismo, a criminalidade transnacional e o tráfico nas suas mais variadas vertentes.

“Mais de quatro milhões de angolanos poderão contar com o nosso apoio com vista à abertura de liceus para o ensino científico bilíngue e, também, do programa angolano generalizado sobre o ensino do francês nas escolas elementares”, revelou o Presidente Macron.

Primeiro investidor em Angola

Emmanuel Macron regozija-se com o facto de a França ter sido o primeiro investidor em Angola, enaltecendo a presença, hoje, do Presidente João Lourenço no Fórum Económico internacional.

A visita do Chefe de Estado angolano, confessou o líder francês, permite que ambos os países avancem em muitos domínios projectos comuns, sublinhando a intenção, nesse âmbito, da compra por Angola de um satélite à Hermes para a observação da Terra.

“É um programa muito largo a nível espacial”, elucidou Emmanuel Macron, destacando, igualmente, o projecto levado a cabo pelo Grupo Suez e que “vai dar água a três milhões de angolanos”.

Destacou, ainda, o projecto de reforço da parceria francesa com o Inamet, assim como a construção de um hospital oftalmológico e uma maternidade em Luanda.

Macron enaltece esforços de Angola na pacificação

Os esforços empreendidos por Angola e pelo Presidente João Lourenço, na busca incessante pela paz em África, com realce para a Região dos Grandes Lagos, foi ontem enaltecida pelo Chefe de Estado francês.

Emmanuel Macron disse que a França apoia o engajamento de João Lourenço no quadro do Processo de Luanda, realçando que a prioridade para a França, nos Grandes Lagos, é que haja diálogo, para a procura de uma paz efectiva e o respeito pelo território da República Democrática do Congo (RDC).

“Essa dinâmica de paz que V. Ex^a, de facto, tomou, podemos apelar que as negociações possam recomeçar entre os dois países. Tenho, por isso, de saudar o papel de V.Exa para a paz em África”, elogiou o líder francês, reafirmando que a França apoia as negociações sob a mediação de Angola e a dinâmica de paz.

Relativamente à Conferência das Nações Unidas (ONU), que se vai realizar em Junho, Emmanuel Macron revelou ser desejo da França que a África tenha uma maior representação em todas as instâncias da organização, sobretudo do Conselho de Segurança.

O Presidente Macron informou, ainda, que a França poderá assumir, em 2026, a liderança do G7 e, na sua agenda, deve levar em consideração o facto de João Lourenço assumir, também, em Fevereiro, a presidência da União Africana, a quem desejou “sucessos”. (J.A.)++++

Embaixador Varela falou sobre a situação das missões diplomáticas

O secretário de Estado para Administração, Finanças e Património do Ministério das Relações Exteriores, Osvaldo Varela, disse, na Conferência Nacional sobre Boa Governança, que as dificuldades que hoje se registam nas missões diplomáticas e consulares do país resultam do exíguo orçamento atribuído e, também, de uma gestão menos rigorosa por parte de alguns gestores.

Ao reconhecer o facto, Osvaldo Varela, que dissertou sobre “A situação das embaixadas e representações diplomáticas”, referiu que a gestão parcimoniosa dos recursos postos à disposição do Ministério das Relações Exteriores requer dos gestores o uso cuidadoso, eficiente e responsável dos mesmos, evitando, desta forma, desperdícios e maximizando os resultados.

O diplomata acrescentou ainda que tal gestão é essencial para a organização da instituição, especialmente no actual cenário de restrição financeira.

Por outro lado, considerou importante a implementação dos princípios de planificação financeira, controlo rigoroso dos gastos, entre outros, para a melhoria da gestão dos bens públicos, garantindo, por um lado, um alinhamento com o princípio de transparência e boa governação definida pelo Executivo angolano e, por outro, a estabilidade financeira, a redução de desperdícios e dívidas, melhoria na tomada de decisões e a capacidade de lidar com imprevistos.

“Juntos podemos transformar desafios em oportunidades e garantir que a boa governação seja uma realidade tangível para todos”, referiu, reiterando que a boa governação não é apenas um ideal, mas, sim, uma prática que exige compromisso contínuo, inovação e coragem para enfrentar desafios complexos.

Osvaldo Varela, que falava sobre as competências do Ministério das Relações Exteriores, disse que é de extrema importância a boa governação nas missões diplomáticas e consulares, uma vez que essas representam o primeiro espelho para a imagem e atracção de investimento estrangeiro para o país.

Ao dirigir-se aos participantes, Osvaldo Varela informou que o Ministério das Relações Exteriores está num processo de reestruturação interna, com o objectivo de

modernizar a eficiência e eficácia administrativa, patrimonial e financeira, seguindo, desta forma, os valores da transparência e integridade, nos termos da lei.

Por outro lado, acrescentou que a instituição está a levar a cabo um amplo trabalho de levantamento e identificação de todo o património existente no exterior do país, com o objectivo de dar cumprimento à superior orientação do Titular do Poder Executivo.

Ética nos Estados democráticos e de direito

A ética nos Estados democráticos e de direito foi um dos temas debatidos, ontem, no segundo e último dia da Conferência Nacional sobre Boa Governança, um evento promovido pela Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE), no âmbito das celebrações dos 50 anos da Independência Nacional.

No final da sua abordagem, o Professor Catedrático da Universidade de Lisboa Eduardo Vera Cruz Pinto defendeu, entre outros pontos, que a defesa dos administrados, nomeadamente através da intervenção do Provedor de Justiça, ou de outros órgãos que o Estado Angolano tem para cuidar dos direitos fundamentais dos cidadãos, é uma forma de cuidar da ética do procedimento na administração pública.

Eduardo Vera Cruz Pinto acredita que se matérias como a transparência, prestação de contas, a cultura democrática, a forma como cuidar do outro, forem colocadas como uma preocupação constante daqueles que decidem, dando formação adequada a quem está na administração pública, certamente o país vai estar na linha da frente.

“Eu sei que a Universidade Agostinho Neto e outras universidades angolanas estão a fazer os possíveis para dar formações nessas matérias e, portanto, a transparência, a prestação de contas, a cultura democrática, a forma como

nós cuidamos do outro, como administrado, são o caminho adequado para chegarmos ao objectivo”, frisou.

Boa governação só é possível com pessoas dotadas

A representante da IGAE, Elsa Neto, defendeu que a boa governação só é possível com pessoas dotadas de competências técnicas, de conhecimentos, habilidades, e, acima de tudo, de pessoas munidas de competências comportamentais.

Na conferência que reflectiu sobre ética no contexto das instituições públicas, Elsa Neto disse ainda que o que impulsiona a boa governação são todos esses aspectos, as competências éticas, como a transparência e a boa comunicação.

Questionada sobre a realidade no país, a representante da IGAE respondeu que o funcionário público, o agente público, está consciente que “não tem saída, e que o desenvolvimento do país está nas mãos de qualquer um dos agentes públicos, independentemente da sua área de actuação”.

Por isso, acrescentou que pensar no desenvolvimento, na boa governação é empenhar-se numa conduta ética, é empenhar-se para o alcance da qualidade dos serviços prestados ao cidadão. (J.A.)++++

Ngoloimwe defende gestão rigorosa na administração

O director-geral do Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP), Osvaldo Ngoloimwe, defendeu, quinta-feira, em Luanda, a importância da gestão rigorosa na Administração Pública como uma das soluções para a concretização do interesse comum.

Ao dissertar sobre os desafios e estratégias para a realização de políticas públicas, na Conferência sobre Boa Governação, o responsável sublinhou a necessidade de se encarar a contratação pública como essencial para a

concretização do interesse público, como a construção de escolas, estradas, hospitais, assim como a aquisição de bens e serviços.

Mas, para tal, Osvaldo Ngoloimwe disse ser necessário ter-se em conta um planeamento adequado, sublinhando que projectos mal planificados, com valores incompatíveis às necessidades geográficas, resultam em obras paradas, aumento de custos e degradação dos investimentos.

“A contratação pública deve ser vista como um mecanismo não apenas de desenvolvimento, mas, também, de impacto positivo no bem-estar da população”, declarou o director-geral do SNCP, organismo tutelado pelo Ministério das Finanças com competência para fiscalizar e supervisionar o mercado da contratação pública, apoiando, igualmente, o Executivo na definição e implementação de políticas e procedimentos nesse domínio.

Por seu turno, o jurista Moreira Lopes defendeu a necessidade de os quadros do sector público compreenderem a legislação afecta à contratação pública, por meio de formações contínuas, uma vez que esta representa um pilar importante para a operacionalização do sistema.

O também docente lembrou que o país enfrenta inúmeros desafios, sendo o ponto de partida a boa condução dos procedimentos de contratação pública, nomeadamente os concursos públicos, limitado por prévia qualificação, por convite, procedimento de contratação simplificada, acordos-quadro e contratos reservados.

“Enquanto instituição pública, o gestor público precisa de assegurar que os procedimentos estão todos cumpridos. Portanto, não basta ter um contrato, nem uma factura.

É preciso que, antes de tudo, se tenha um procedimento que nos conduza a um contrato”, declarou Moreira Lopes, acrescentando que o gestor público possui um instrumento

valioso que é a planificação, tendo, por isso, enfatizado a necessidade de se priorizar despesas e projectos cruciais. (J.A.)++++

Respeito às leis torna o servidor público promotor do bem-estar

O uso da ética, associado ao respeito das leis e procedimentos estabelecidos pelo Poder Executivo, torna o servidor público num verdadeiro promotor do bem-estar das populações, defendeu, quinta-feira, em Luanda, o inspec-tor-geral da Administração do Estado, João Francisco.

Ao intervir na cerimónia de encerramento da Conferên-cia Nacional sobre Boa Governação, em alusão aos 50 anos da Independência Nacional, João Francisco referiu que o agente público, na sua missão, deve mais do que nunca ter em mente os princípios éticos.

De acordo com o inspec-tor - geral da IGAE, o conceito de boa governação consiste, em primeira instância, em ter princípios éticos, cultura do bem público, associando o res-peito às leis e procedimentos estabelecidos pelo Poder Exe-cutivo, e colocar sempre a dignidade da pessoa humana acima de tudo.

O agente público deve procurar exercer bem o seu tra-balho, respeitando as leis, as orientações hierárquicas, por-que a fiscalização e o controlo interno do erário são uma fun-ção típica e particular do Poder Executivo. Segundo o inspec-tor-geral da IGAE, as normas existem para garantir que as orientações e decisões das políticas do orçamento, bem como os recursos disponibilizados pelo Estado sejam respeitadas, em prol do bem-comum.

Relativamente aos dois dias de debate, João Francisco considerou profícuo de uma maneira geral, apesar de se re-gistarem alguns “incidentes normais” quando se trata de confronto de ideias, perspectivas e visões. No que diz

respeito à figura do inspector da IGAE, sobretudo os jovens, João Francisco referiu que no exercício das funções não devem ter medo dos gestores públicos, mas sim respeitá-los, olhando sempre para as leis e procedimentos disponíveis.

No acto da fiscalização, acrescentou, é preciso ter muita calma e procurar ensinar as pessoas a fazer bem, porque os jovens precisam de aprender com os quadros antigos e às vezes de alta qualidade.

A IGAE é uma instituição e, por isso, os seus funcionários devem primar pelo respeito quer dos mais antigos como dos servidores públicos, como forma de garantir a continuidade das instituições do Estado angolano. (J.A.)++++

Chivukuvuku suspende mandato no Parlamento

O deputado Abel Epalanga Chivukuvuku suspendeu, quinta-feira o mandato na Assembleia Nacional pela lista da UNITA, pelo facto de estar vinculado, na qualidade de coordenador, ao projecto político PRA-JA Servir Angola.

A informação foi avançada pelo político no final de uma audiência com a presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, que serviu, também, para se despedir do Parlamento.

Durante a audiência, o líder do PRA-JA Servir Angola anunciou, igualmente, a suspensão do mandato de sete outros deputados, que se desvinculam do Grupo Parlamentar da UNITA e assumem funções no referido partido político, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 152.º e do n.º 2 do artigo 153.º, ambos da Constituição da República, da alínea d) do artigo 12.º e do n.º 2 do artigo 14.º do Estatuto do Deputado, aprovado pela Lei n.º17/12, de 16 de Maio.

De acordo com Abel Chivukuvuku, a retirada da função de parlamentar é uma questão imperativa legal, pois a Lei determina que um cidadão não pode ser dirigente de outro

partido e estar na “Casa das Leis” em nome de outra organização política. “Tivemos que terminar com esse exercício, por isso vimos apresentar os cumprimentos de despedida e de cortesia, bem como desejar bom trabalho à Assembleia Nacional”, disse.

“Ninguém foi coagido. A lógica foi, quem quer ficar no órgão de direcção do PRA-JA sai do Parlamento, e quem deseja ficar, mantém-se, mas não vai para os órgãos de direcção do partido”, disse o líder da organização política, avançando que a realização do congresso está prevista para o próximo ano.

Reconhecimento à Carolina Cerqueira

O político elogiou, na ocasião, a forma como a presidente Carolina Cerqueira tem conduzido os trabalhos num contexto bastante difícil, considerando ser uma verdadeira árbitra e uma voz incontornável de paz e boa convivência política.

Por sua vez, a presidente da Assembleia Nacional agradeceu o deputado Abel Chivukuvuku pelo seu posicionamento político de sentido de Estado e almejou sucessos nas suas novas funções políticas, que poderá fortalecer a pluralidade política num espírito de respeito, de ética e valorização das instituições do Estado angolano. (J.A.)++++

Nova tabela salarial da Função Pública passa na especialidade

Os deputados aprovaram, quinta-feira, na especialidade, a Proposta de Lei de Autorização Legislativa sobre os Princípios Gerais Relativos à Organização e Aplicação da Estrutura Indiciária das Tabelas Salariais e dos Subsídios ou Suplementos Remuneratórios da Função Pública.

O diploma, que prevê um aumento de 25 por cento do salário dos funcionários públicos, foi aprovado pelas

comissões de especialidade com 27 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. Na ocasião, a deputada Lizete Gongga, na qualidade de relatora, esclareceu que ao se legislar sobre a matéria em causa, o que se busca é padronizar os salários de todos os funcionários públicos, podendo ser com isso introduzida a tabela única de vencimentos da Função Pública, com o objectivo de consagrar a equivalência salarial e promover a transparência na política remuneratória.

Com o diploma aprovado, Lizete Gongga reforçou que a proposta vai ainda permitir uma abrangência total a todos os funcionários, tanto para os que já haviam beneficiado de aumentos anteriormente, quanto para os que vão agora ter incrementos salariais.

“O documento que acabamos de analisar tem relação não só ao aumento de 25 por cento do salário, mas também à padronização dos salários em termos de carreira da Função Pública”, salientou.

Na mesma sessão, foram igualmente aprovados outros instrumentos, designadamente a Lei sobre o Regime Especial de Disponibilização e Consumo de Bebidas Alcoólicas; Lei Orgânica do Cofre Geral dos Tribunais; assim como a Lei de Autorização Legislativa sobre a Alteração da Área de Concessão do Bloco 14.

A Proposta de Lei que Altera a Lei Geral de Electricidade foi aprovada pela 1ª, 5ª e 10ª comissões de trabalho com 29 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Os membros da 1ª, 4ª, 5ª e 10ª comissões procederam à aprovação da Lei sobre o Regime Especial de Disponibilização e Consumo de Bebidas Alcoólicas com 54 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. O projecto de resolução para a adesão de Angola ao Protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre o Emprego e Produtividade do Trabalho foi ontem aprovado, na

especialidade, pelos deputados da 3ª Comissão da Assembleia Nacional. O documento segue para a votação final global, na próxima quarta-feira, em sessão plenária. A proposta tem como objectivo geral a promoção do emprego inclusivo, pleno e produtivo, o fomento de empresas sustentáveis e aumento da produtividade do trabalho, para além da facilitação de adopção de normas mínimas de trabalho e a realização de princípios e direitos fundamentais no trabalho.

Segundo o relatório parecer conjunto, o protocolo estabelece obrigações sólidas no que concerne à adopção de normas mínimas de trabalho, princípios e direitos fundamentais no trabalho, assim como o acesso à segurança social e a promoção do diálogo tripartido e social.

Com a adesão ao protocolo, o Estado angolano poderá obter como vantagens a criação de vínculos para uma integração regional genuína e equitativa, a mobilização de recursos dos Estados-membros para promover a implementação de políticas nacionais, inter-estaduais e regionais e o desenvolvimento de acções concretas para garantir a cooperação internacional no âmbito da estratégia de libertação económica.

O mesmo surge para o fomento de políticas harmonizadas entre os países da região, garantindo direitos trabalhistas, promovendo o trabalho digno e reduzindo as desigualdades no mercado de trabalho.

Tribunais e PGR vão ter competências exclusivas

Foi, também, aprovada, com 43 votos a favor, a Lei Orgânica do Cofre Geral dos Tribunais, que vai garantir a institucionalização de um órgão que possibilite assegurar a melhor gestão das receitas e, também, a implementação das despesas alocadas aos cofres no decurso da sua actividade jurisdicional.

O pronunciamento foi feito pelo secretário de Estado para a Justiça, Osvaldo Amaro, em declarações ao Jornal de Angola, na qualidade de proponente do Relatório Parecer Conjunto deste diploma.

“O que se está a consagrar com o diploma é a competência exclusiva do Cofre Geral dos Tribunais, dos tribunais de jurisdição comum e também da Procuradoria-Geral da República (PGR), para arrecadar essas receitas, em função das prioridades que forem identificadas pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial e pela PGR”, explicou, sublinhando que a Lei terá competência para definir os fins a dar às despesas alocadas, de acordo com as prioridades estabelecidas pelos próprios órgãos judiciais. (J.A.)++++

Forças Navais asseguram combate ao contrabando de combustível

O chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, Altino dos Santos, assegurou, quinta-feira, no Soyo, província do Zaire, que as forças navais da Região Norte vão continuar a combater o contrabando de combustível, a imigração e a pesca ilegais.

A alta patente das Forças Armadas Angolanas fez esta afirmação durante uma visita de avaliação e funcionamento organizacional da Região Naval Norte. No final da visita, o general de aviação, que se fez acompanhar dos membros do Comando daquela região, baixou orientações para o cumprimento cabal das missões e o combate cerrado aos crimes transfronteiriços.

Em declarações à imprensa, o porta-voz da Região Naval Norte, Orlando dos Santos, lembrou que o facto de o município do Soyo, ser uma zona portuária fronteiriça e com vários canais de rios, os contrabandistas de combustíveis, assim como os estrangeiros que desejam fixar residência ilegal

no país, olham para a região como um local permeável para o êxito das suas acções ilícitas. Para responder aos desafios, o vice-almirante sublinhou que, felizmente, as Forças Navais Norte têm “aplicado” duros golpes aos contrabandistas, aos praticantes da pesca ilegal e a todos que pretendem entrar ilegalmente no país por via marítima e fluvial pelo Soyo.

Com a prontidão das Forças Navais, alertou o responsável, os prevaricadores pretendem mudar o modus operandi, mas continuam a ser perseguidos sem tréguas. Orlando Santos referiu, também, que o Comando da Região Naval Norte aguarda por mais meios para reforçar o patrulhamento dos 66 canais que compõem o município do Soyo.

“Temos uma faixa muita vasta composta por 100 ilhas, das quais 70 habitadas e 30 não habitadas e 66 canais do Rio Zaire. Para consolidar o combate ao contrabando temos feito patrulhamentos com os meios que a região possui”.

No ano passado, as Forças Navais da Região Norte realizaram 1867 missões, onde apreenderam mais de 99 navios semi-industriais e várias embarcações artesanais e de fibra que se dedicavam à pesca ilegal e outras actividades ilícitas no alto mar. (J.A.)++++

SADC promove encontro em Benguela para debate sobre o Corredor do Lobito

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) convocou, para o dia 22 deste mês, na cidade do Lobito, em Benguela, uma reunião do Comité de Ministros dos três Estados-membro do Corredor do Lobito, nomeadamente Angola, República Democrática do Congo (RDC) e Zâmbia.

O encontro, de acordo com uma nota publicada pela SADC no seu portal, tem como objectivo revisar e avaliar os progressos alcançados, até agora, no âmbito da aceleração da

implementação do Programa de Facilitação do Transporte de Trânsito do Corredor do Lobito (LCTTF), assinado nesta cidade, no dia 27 de Janeiro de 2023, pelos três Estados.

Este acordo serve como uma estrutura para Angola, RDC e Zâmbia colaborarem no desenvolvimento de leis, políticas, regulamentos e sistemas harmonizados do Corredor do Lobito, incluindo desenvolvimento de infra-estrutura de forma coordenada e coerente.

O Secretariado da SADC, com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), facilitou a realização da primeira reunião do Comité de Ministros da Agência de Facilitação do Transporte do Corredor do Lobito, que foi realizado de 14 a 16 de Novembro de 2023, no salão nobre da Administração Municipal do Lobito.

O Comité de Ministros apreciou, nessa altura, várias matérias, com destaque para a criação de subcomités e de um secretariado provisório com sede no Lobito, o desenvolvimento de quadros para portos secos para a Zâmbia e a RDC e outras matérias importantes relacionadas com o desenvolvimento de cadeias de valor e de pólos económicos nos sectores mineiro e agrícola ao longo do Corredor.

A directora de Infra-estruturas da SADC, Mapolao Mokoena, considerou a reunião inaugural da Agência de Facilitação do Transporte no Corredor do Lobito como mais um marco histórico, na sua alocução durante a cerimónia de encerramento do encontro.

O Programa de Facilitação do Transporte de Trânsito do Corredor do Lobito serve de quadro para os três Estados-membros colaborarem no desenvolvimento de leis, políticas, regulamentos e sistemas harmonizados do Corredor, incluindo o desenvolvimento de infra-estruturas, de forma coordenada e coerente, em conformidade com as disposições do Tratado da SADC, dos Protocolos e dos quadros de

desenvolvimento, tais como o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC (RISDP) 2020 - 2030, o Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC (RIDMP) 2020 - 2027 e a Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC (SISR) 2015 - 2063.

A SADC é uma organização de 16 Estados-membros criada em 1980 como Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) e, mais tarde, em Agosto de 1992, transformada em Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

A missão da SADC consiste em promover o crescimento económico sustentável e equitativo e o desenvolvimento socioeconómico através de sistemas eficientes e produtivos, de uma cooperação e integração mais profundas, da boa governação e de uma paz e segurança duradouras, de modo a que a região emergja como um actor competitivo e eficaz nas relações internacionais e na economia mundial.

Os Estados-membros são: Angola, Botswana, Comores, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Inauguração da Agência de Facilitação de Transporte

Uma fonte do Jornal de Angola no local da reunião avançou que, durante o evento, vai acontecer a inauguração da sede da Agência de Facilitação de Transporte de Trânsito do Corredor do Lobito.

O Corredor do Lobito vai do Porto do Lobito, situado em Angola, e passa do Oeste ao Leste do país, através das províncias de Benguela, Huambo, Bié e Moxico. Abrange as zonas mineiras da província do Katanga, na RDC, e do Copperbelt, na Zâmbia.

O Corredor proporciona uma rota estratégica alternativa para os mercados de exportação da Zâmbia e da RDC e é

a rota mais curta que liga as principais regiões mineiras destes dois países ao mar. Em Angola, o Corredor liga a população do país e vários investimentos em grande escala na agricultura a retalho nas províncias de Benguela, Huambo, Bié e Moxico. (J.A.)++++

Angola defende reforma da arquitectura financeira global

Angola defendeu nas Nações Unidas, em Nova Iorque, a reforma urgente da arquitectura financeira global, para permitir que os países em desenvolvimento tenham acesso justo e sustentável aos recursos financeiros.

De acordo com uma nota de imprensa da Missão Permanente de Angola junto das Nações Unidas, o posicionamento foi expresso na plenária da Assembleia Geral da ONU, que teve lugar nesta quarta-feira, em que o Secretário-Geral da organização, António Guterres, apresentou as prioridades para o presente ano.

Na ocasião, o representante permanente adjunto de Angola junto da ONU, embaixador Mateus Luemba, elogiou os progressos alcançados pela organização sob a liderança de António Guterres, destacando o seu compromisso inabalável em aumentar a participação de mulheres e jovens nos processos globais de tomada de decisão, sobretudo o equilíbrio de género na alta estrutura de gestão do Sistema das Nações Unidas.

Encorajou o Secretário-Geral a manter o mesmo nível de comprometimento, para se alcançar um equilíbrio equitativo na representação geográfica, na nomeação de funcionários seniores em todos os níveis do Secretariado e das equipas no terreno, incluindo a nomeação de coordenadores residentes do Sistema das Nações Unidas.

“Aumentar o nível de africanos qualificados no Sistema da ONU é fundamental para reflectir de forma justa a

diversidade cultural da organização e responder aos desafios do Século XXI”, frisou o encarregado de Negócios de Angola junto das Nações Unidas.

De acordo com Mateus Luemba, é crucial que os esforços multilaterais sejam intensificados para abordar os desafios actuais de forma eficaz e garantir que ninguém seja deixado para trás.

Por outro lado, observou que os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável estão a descarrilar, sustentando que mais de “80 por cento das metas dos ODS correm o risco de não serem cumpridas até 2030”.

“Com cinco anos pela frente, devemos acelerar as acções para implementar totalmente essas metas, especialmente em áreas como segurança alimentar, saúde, educação e igualdade de género”, ressaltou.

Durante a sua intervenção, o diplomata abordou a reforma do Conselho de Segurança, afirmando que deve permanecer uma prioridade suprema para tornar este órgão mais inclusivo e representativo e corrigir as injustiças históricas contra África.

Sublinhou que, em linha com o Consenso de Ezulwini e a Declaração de Syrte, o continente africano pede dois assentos permanentes e outros três adicionais não permanentes num Conselho de Segurança reformado.

Segundo o embaixador, é crescente o consenso entre os Estados-membros da ONU de que a reivindicação de África pelos dois assentos permanentes no Conselho de Segurança deve ser tratada como um caso especial.

No campo da paz e da segurança, salientou que “Angola se tem posicionado como um mediador activo de conflitos regionais, e continuará a apoiar a ONU na busca de soluções pacíficas e sustentáveis para os conflitos existentes, com atenção especial ao continente africano”. Sobre a presidência

de Angola na União Africana, a partir de Fevereiro próximo, disse que o país está pronto para trabalhar em estreita colaboração com a ONU, num esforço colectivo para construir um futuro mais justo, inclusivo e sustentável para todos. (J.A.)++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 17 de Janeiro de 2025

Av.ª da República nº68, 1069-213
Lisboa – Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores